



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRAL DE INQUÉRITOS

Fórum Joaquim de Sousa Neto, 2º Andar

Fone: (86) 3230-7824, e-mail: centraldeinqueritos@tjpi.jus.br

PROCESSO Nº 0000162-24.2019.8.18.0140

Ref. ao IP Nº 05/2019-PPE/DRCI

DECISÃO

Trata-se de **REPRESENTAÇÃO PELA EXPEDIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO** requerida pela **Delegada Responsável pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática – D.R.C.I.**, em face de **MARCIANO VALÉRIO ANTÃO ARRAIS**, já qualificado nos autos.

Consta nos autos do inquérito a informação de que no decorrer do ano de 2018 Marciano Valério Antão Arrais, administrador do grupo de WhatsApp denominado “Xico Prime”, passou a utilizar este grupo do aplicativo de mensagens para enviar mensagens difamatórias, caluniosas e ofensivas à vítima Charles Carvalho Camillo da Silveira referindo-se a este, por exemplo, com os termos “alcoólatra da prefeitura”, “chefe de organização criminosa” e “laranja do prefeito”. Além disso, o investigado comenta em suas postagens que não sabe como colocaram um alcoólatra para presidir a Fundação Municipal de Saúde e que Charles Carvalho Camillo da Silveira teria criado a faculdade Camillo Filho para ser a “lavanderia do Firmino”, prefeito de Teresina.

Vale destacar que referido grupo de whatsapp, é administrado pelo Representado, sendo ele o único responsável pelas postagens ofensivas contra a honra da vítima. Faz-se necessário mencionar que o referido grupo virtual é composto por mais de 100 (cem) membros, pessoas estas que detêm de certa influência econômica, política e social no contexto da comunidade piauiense, o que torna este grupo um poderoso meio de transmissão de informações.

Instado, o Ministério Público Estadual opinou favoravelmente ao pedido, ou seja, que sejam impostas ao investigado a proibição de ter contato com a vítima, a proibição de ter acesso ao aplicativo de internet WhatsApp, bem como a proibição do cometimento de ofensas através de qualquer meio de comunicação.

Brevíssimo é o relatório. Decido.

Já ultrapassada e decidida a questão da competência deste juízo por este Egrégio Tribunal de Justiça, passo ao pedido.

Analisando os autos, resta claro que o que o requerido se utiliza do citado grupo com o intuito claro de ofender a honra objetiva e subjetiva da vítima, que está tendo seu nome e sua imagem vinculadas a fatos criminosos por parte do representado que atribui à vítima, além dos já citados, também os adjetivos de “chefe de organização criminosa”, “laranja do prefeito”, “cérebro da quadrilha”, “mosquito que rouba a prefeitura há quase 40 anos”, “taradão que vive embriagado atacando as mulheres de terê”.

Há de se ressaltar que neste juízo de cognição sumária, os referidos "posts" feitos pelo representado não podem ser enquadrados como meras críticas ou algo parecido, tratam-se na verdade de ofensas morais, com claro intuito de caluniar, difamar e injuriar a vítima, tudo isso praticado com desígnios autônomos em atitudes reiteradas e em oportunidades diversas, enquadrando-se, portanto nas condutas típicas previstas nos arts. 138, 139 e 140 do CPB em concurso material, combinados ainda com o art. 141, III do CPB, por ter se utilizado das redes sociais para o seu cometimento.

A materialidade dos crimes se encontra substanciada no depoimento de fls.17/18, nos "prints" colacionados pela Autoridade Policial as fls. 21/50, bem como na certidão de fls. 53/57.

A liberdade de expressão jamais poderá servir de subterfúgio para o cometimento de crimes. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria Constituição Federal, que são outros direitos fundamentais. Nesse caso específico, o direito fundamental que deve ser levado em conta é o da dignidade humana, princípio máximo do estado democrático de direito.

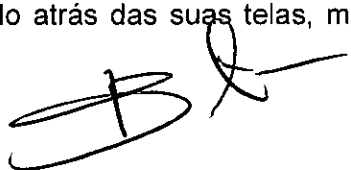
Dignidade da pessoa humana é a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais.

Dentre eles está o direito à honra que se refere à reputação pessoal e à consideração no meio em que se vive e, de acordo com Antonio dos Reis Júnior (Novas perspectivas sobre o direito à honra: estudos sob a ótica civil constitucional. Civilística), a honra significa "tanto o valor moral íntimo do homem, como a consideração social, o bom nome ou a boa fama, como, enfim, o sentimento, ou consciência, da própria dignidade pessoal."

Assim, é indubitável que a manifestação de pensamento não pode ser de todo absoluta, a ponto de ofender a garantia da honra. O abuso da liberdade de expressão se dá pelo exercício fora dos limites para o qual o direito é garantido e tutelado, o que se verifica nos autos.

No caso vertente, entendemos que os pressupostos autorizadores da decretação de tais medidas cautelares encontram-se devidamente presentes, vez que indícios de autoria e materialidade dos crimes de injúria, difamação e calúnia foram comprovados.

Ainda cabe mencionar o peso das redes sociais nisso. Sabe-se que com a democratização do uso da internet ficou muito mais fácil as opiniões que antes eram compartilhadas com pequenos grupos de amigos e conhecidos ganharem grandes proporções devido ao alcance da rede mundial de computadores. Sendo assim, as chamadas redes sociais, espaços cibernéticos de compartilhamento do cotidiano e de informações, tem sido palco para grandes conflitos e infrações referentes aos direitos fundamentais. Com falsa noção de estar protegido atrás das suas telas, muitos indivíduos



explanam discursos, usando o pretexto da liberdade de expressão de opiniões ou pensamentos, para ofender e caluniar outros.

Solicita a Autoridade Policial que seja determinado ao investigado Marciano Arraes a proibição de contato com a vítima, Charles Carvalho Camillo da Silveira e a proibição de propagar novas ofensas e a proibição de acesso ao aplicativo de internet WhatsApp, tendo como fundamento a medida cautelar diversa da prisão prevista no artigo 319, II do CPP (proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações), estendendo o significado da expressão "determinados lugares" ao ambiente virtual proporcionado pela utilização do aplicativo WhatsApp.

No âmbito processual penal, o fundamento para a decretação das medidas cautelares é a presença do "periculum libertatis" e do "fumus commissi delicti". Este é caracterizado pelos indícios de autoria e prova da materialidade, ambos devidamente analisados acima. Quanto ao "periculum libertatis", vê-se presente uma vez que sem qualquer restrição o investigado poderá continuar fazendo uso da internet para proferir expressões e declarações atentatórias a honra e a imagem da vítima.

Outrossim, assiste razão ao Ministério Público quando afirma a proibição de frequência a certos lugares é extensível a ambientes virtuais, objetivando-se privar o investigado das atividades que tenham estreita relação com os crimes que lhe são imputados, reduzindo assim os riscos de uma reincidência criminosa específica. Esta medida cautelar segue uma lógica interessante, pois se o crime aconteceu em determinado ambiente e este ambiente é realmente propício para fortalecer a chance do réu voltar a delinquir, é natural que ele seja obrigado a não frequentar este lugar.

Importante ressaltar que Marciano Valério Antão Arrais possui vários inquéritos policiais em curso, onde em todos esses procedimentos policiais, ele atua como acusado na prática de crimes, utilizando-se como meio de execução para suas reiteradas práticas criminosas as redes sociais, especificamente o grupo de mensagens de WhatsApp intitulado como "Xico Prime", assim como ocorreu no presente caso, o que respalda o agravamento das medidas cautelares anteriormente impostas no outro procedimento.

O exercício da liberdade de manifestação do pensamento deve ocorrer de forma responsável, não se admitindo excessos que violem o direito de personalidade. A tipicidade processual tem como escopo assegurar a observância ao devido processo legal mas nunca obstar a efetividade do processo, de modo a inviabilizar as medidas inominadas no campo do processo penal, coartando os poderes do Magistrado e impedindo que as partes alcancem a sua máxima efetividade.

Cumprir destacar que o princípio da inafastabilidade da jurisdição, assegurado no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, traz a tona o direito à adequada tutela jurisdicional, somente possível mediante a intervenção do Poder Judiciário, observadas, evidentemente, as garantias fundamentais. Impensável uma justiça criminal em que o juiz, identificando

concretamente um dano à ordem jurídica não prevista pelo legislador, se visse impossibilitado de adotar uma solução de garantia, visando impedir um dano maior à vítima.

Isto posto, com fundamento no artigo 319, incisos II e III, do CPP, determino ao investigado MARCIANO VALÉRIO ANTÃO ARRAIS o cumprimento das medidas cautelares abaixo:

a) proibição de contato com a vítima Charles Carvalho Camillo da Silveira por qualquer meio de comunicação;

b) proibição de novas ofensas à honra da vítima Charles Carvalho Camillo da Silveira, por qualquer meio de comunicação, direta ou indiretamente;

c) proibição de fazer uso de qualquer aplicativo de comunicação, seja ele WhatsApp ou qualquer outro similar;

Intimações e expedientes necessários, cabendo ressaltar que o descumprimento de qualquer medida acima poderá ensejar a decretação da prisão preventiva do investigado.

Ciência ao MP e ao representante. Cumpra-se

Teresina, 12 de junho de 2019.



Valdemir Ferreira Santos

Juiz de Direito da Central de Inquéritos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRAL DE INQUÉRITOS

Fórum Joaquim de Sousa Neto, 2º Andar

Fone: (86) 3230-7824, e-mail: centraldeinqueritos@tjpi.jus.br

PROCESSO Nº: 0000162-24.2019.8.18.0140

CLASSE: Inquérito Policial

Indiciante: Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática – D.R.C.I.

Indiciado: MARCIANO VALÉRIO ANTÃO ARRAIS

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito VALDEMIR FERREIRA SANTOS da CENTRAL DE INQUÉRITOS da Comarca de TERESINA MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que realize a INTIMAÇÃO do investigado **MARCIANO VALÉRIO ANTÃO ARRAIS**, filho(a) de Demetrio Valerio da Silva e Anamaria Antao Arrais de C. da Silva, titular do RG nº 1818218 SSP-PI e CPF nº 64742253353, residente na Rua Domingos Cordeiro, nº 1.919, Casa 10, Condomínio Vila Graciosa, Bairro Horto Florestal, Teresina/PI, da decisão de seguinte teor: **“Isto posto, com fundamento no artigo 319, incisos II e III, do CPP, determino ao investigado MARCIANO VALÉRIO ANTÃO ARRAIS o cumprimento das medidas cautelares abaixo: a) proibição de contato com a vítima Charles Carvalho Camillo da Silveira por qualquer meio de comunicação; b) proibição de novas ofensas à honra da vítima Charles Carvalho Camillo da Silveira, por qualquer meio de comunicação, direta ou indiretamente; c) proibição de fazer uso de qualquer aplicativo de comunicação, seja ele WhatsApp ou qualquer outro similar; Intimações e expedientes necessários, cabendo ressaltar que o descumprimento de qualquer medida acima poderá ensejar a decretação da prisão preventiva do investigado.”** CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Teresina, Estado do Piauí, ao décimo segundo dia do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (12/06/2019). Eu, Servidora Designada da Central de Inquéritos, o digitei e conferi.

Valdemir Ferreira Santos

Juiz de Direito da Central de Inquéritos

Ciente em, ____/____/____

Intimado/Citado